

Povos originários, capitalismo e relações de poder na América Latina: Resistências e desafios decoloniais para os povos originários frente ao capitalismo-colonial atual

Pueblos originarios, capitalismo y relaciones de poder en América Latina: resistências decoloniales y desafíos para los pueblos originarios frente al capitalismo-colonial actual

Native peoples, capitalism and power relations in Latin America: decolonial resistances and challenges for native peoples facing current colonial-capitalism

Clémentine Ismérie Maréchal¹
Doutora em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS)
Vinícius Cosmos Benvegnú²
Doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UFAM)

Introdução

Neste número da *Revista Wamon* temos o prazer de reunir e apresentar artigos que problematizam a relação entre povos indígenas e capitalismo a partir de pesquisas etnográficas, sociológicas e históricas que destacam dois elementos centrais: 1) a permanência de uma estrutura de poder originada a partir da colonização da América, a colonialidade do poder; e 2) a persistência dos povos originários em lutar para existir, e a sua determinação em seguir caminhando a contracorrente de um sistema aniquilador e devastador.

A colonialidade do poder se estrutura a partir de uma associação entre um novo sistema de dominação baseado em uma trama de relações sociais intersubjetivas que classifica hierarquicamente a população mundial, e um sistema de exploração que consiste na articulação de todas as formas de expropriação do trabalho em uma única estrutura de produção mercantil hegemônica pelo capitalismo (QUIJANO, 2006; QUINTERO, 2014a; MARÉCHAL, 2021). Com a conquista, as relações sociais passam a ser hierarquizadas a partir da ideia de “raça”, o que possibilita e justifica a naturalização das relações de dominação e exploração. Essas relações pautadas na ra-

¹ Doutora em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS).

² Doutorando em Antropologia Social (PPGAS/UFAM).

cialização gerou novas identidades que foram atribuídas e logo incorporadas pelos grupos sociais. “Índios”, “negros” e “pardos” são inventados, identificados como inferiores aos também inventados “brancos”. Assim, tanto a superioridade “brancas”, quanto a inferioridade não “branca” é incorporada pela população, que se torna racializada, assegurando assim a reprodução das relações de dominação (QUIJANO, 2006).

O sistema de exploração do trabalho que nasce desse processo de colonização articula as diversas formas de controle do trabalho em uma única estrutura de produção de mercadorias para o mercado mundial, eis a relação intrínseca entre capitalismo e colonialidade. O eurocentrismo passa a ser então o novo modo de controle e de produção de subjetividade e de conhecimento. Isso possibilitou a legitimação do sistema de dominação racial, do sistema de exploração capitalista, assim como a edificação e a perpetuação das instituições políticas e particularmente do Estado-nação. Constituinte desse novo padrão de poder temos o patriarcado, onde a imposição da figura paterno-masculina como dominante torna-se mundial e se desdobra numa subsequente hierarquização social (QUIJANO, 2000). É o entrelaçamento de todos esses aspectos constitutivos do novo padrão de poder que conformam a colonialidade do poder. Assim, o termo colonialidade, longe de designar uma herança do colonialismo europeu reproduzida na América pós-colonial, refere-se a um modelo específico de dominação, exploração e conflito originado com a expansão global do colonialismo, mas que se reconfigura e reatualiza ao longo do tempo histórico da modernidade e que, como um sistema ordenador e acumulativo, estrutura as relações sociais na América Latina (QUINTERO, 2014a).

A continuidade dessa estrutura se materializa na usurpação de territórios tradicionais, em relações de trabalho abusivas atreladas a relações sociais e raciais assimétricas como mostram os artigos desse dossiê. Os trabalhos também nos mostram a organização e a força dos povos indígenas na luta constante pela garantia de seus direitos, mas sobretudo na luta por (re)existir e para viver seus mundos. Essa luta se dá em diferentes frentes, seja ela pela garantia da sua cidadania, pelo

direito ao trabalho digno e principalmente pelo acesso à terra. Todos esses embates nos mostram como os indígenas são sujeitos históricos e não apenas vítimas do processo colonial, por meio de suas estratégias e da sua ação política conseguem manter e/ou recuperar seus mundos e territórios. É nesse sentido que estes artigos fazem dialogar temas caros à antropologia e à história, situando-os entre os cruzamentos da antropologia histórica (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998) e a nova história indígena (CARNEIRO DA CUNHA, 1992; MONTEIRO, 2001).

Antropologia histórica e nova história indígena

Uma boa parte dos estudos das Ciências Sociais, e em especial da antropologia, têm recorrentemente menosprezado nas suas análises, as relações de poder e de contato que atravessam as organizações sociais, econômicas e espirituais dos povos originários, em prol de uma visão a-histórica e um tanto essencialista dessas sociedades, analisando-as sob o espectro da sua “alteridade radical”. Para além do conceito de alteridade, Johannes Fabian (2013) aponta a noção de “outridade” (otherness) mais adequada para encarar a diferença, não como uma visão espelhada de si, mas historizada, enquanto produto de violências, assimetrias de poder, decorrente do colonialismo. O conceito de “outridade” dessa forma, permite problematizar as representações feitas desses povos, que são vistas, ora como o ícone sublime da simbiose entre homem e natureza, e ora como aculturadas e absorvidas pelas sociedades nacionais e o sistema capitalista (RAMOS, 1992). Essas representações permeiam o imaginário nacional e global, onde a história dos processos coloniais, e as respostas e estratégias políticas e de sobrevivência dos povos indígenas tendem a ser apagadas.

Partindo dessas reflexões críticas do próprio fazer antropológico, esse dossiê se enraíza na continuidade de uma antropologia cuja abordagem seja processualista, dialogando com o fazer historiográfico a fim de contribuir na compreensão dos eventos sociais concretos. É no bojo desse processo que vem se constituindo dentro da antropologia o que se convencionou chamar de antropologia histórica (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998). O escopo da antropologia histórica

concentra-se na necessidade de que a antropologia dê mais atenção às temporalidades que constituem os dados etnográficos a fim de não saltar de uma escala local sincrônica, possível por meio da etnografia, para análises homogêneas totalizantes, que são recorrentes na antropologia (BENSA, 1998).

Por conseguinte, trabalhar a partir de uma antropologia histórica nos permite que sujeitos que para a antropologia, na maioria das vezes, foram tratados como meros objetos, passem a ter suas vozes não somente ouvidas, mas também possam falar por si mesmos. Conforme asseveram João Pacheco de Oliveira e Pablo Quintero (2020, p. 16), uma antropologia histórica,

No caso específico dos povos indígenas, pretende contribuir para a visibilização e o protagonismo desses povos como atores políticos e sociais dentro de situações históricas específicas, em um movimento analítico no qual a consideração da cultura não implica o abandono da historicidade nem a omissão da reflexividade.

Há ainda de se destacar que o exercício de antropologia histórica não significa apenas a junção de métodos e teorias de ambas as disciplinas. Demanda um exercício de elaboração de outros e novos “métodos, temas e protocolos de conhecimentos” (PACHECO DE OLIVEIRA e QUINTERO, 2020, p. 16) permitindo assim novas epistemes.

Por outro lado, dentro do fazer historiográfico também temos um movimento que passou a repensar a presença indígena na história. Consoante ao dito anteriormente, grande parte da produção historiográfica brasileira tratou a presença dos indígenas invisibilizando-os, mostrando-os e descrevendo-os a partir de uma categoria, a de “o índio genérico”³, que generalizava as especificidades culturais e históricas de cada grupo. A emergência de novas abordagens teóricas da história, como a microhistória, por exemplo, que põe ênfase na análise das experiências e trajetórias das

³ Contudo, conforme João Pacheco de Oliveira (2016, p. 77-78), a categoria de índio genérico tampouco deve ser entendida enquanto uma categoria una e monolítica. Ao contrário, deve ser tomada como “um repositório de inúmeras imagens e significados, engendrados por diferentes formações discursivas, e acionados em contextos históricos variados”.

minúcias cotidianas das pessoas “comuns” ao invés dos ícones nacionais, contribuiu para que uma nova história ganhasse forma⁴.

Contudo, conforme João Pacheco de Oliveira (2016, p. 77-78), a categoria de índio genérico tampouco deve ser entendida enquanto uma categoria una e monolítica. Ao contrário, deve ser tomada como “um repositório de inúmeras imagens e significados, engendrados por diferentes formações discursivas, e acionados em contextos históricos variados”.

Nesse sentido, o filósofo Walter Benjamin já questionava a historiografia dominante que aparentando universalidade, remete à dominação de uma classe, a dos “vencedores”, que se apropriou dos acontecimentos em seu favor, com a finalidade de criar uma narrativa histórica homogênea compartilhada pela população.

A partir dos anos de 1970 a perspectiva da historiografia “oficial” foi sendo transformada com a preocupação de trazer os indígenas para os textos de história enquanto sujeitos históricos com ações próprias na realidade em que viviam. Essa nova historiografia passou a ser conhecida como “nova história indígena”. Ademais, outros dois fatores contribuíram para sua emergência. A abertura para o diálogo com a antropologia, que passou a contribuir com elementos que sobre as especificidades culturais e étnicas de cada povo, possibilitando descaracterizar o “índio genérico”. E mais recentemente a presença de pesquisadores indígenas nos espaços acadêmicos, pesquisando e escrevendo suas próprias histórias (BENITES, 2014; CRUZ, 2017, 2022; AMADO, 2019; NHANDEWA, 2021; SOUZA, 2021).

Dentre os trabalhos de referência para os estudos da nova história indígena destacam-se os livros *História dos Índios no Brasil e Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. O primeiro organizado por Manuela Carneiro da Cunha traz artigos que rompem com

⁴ Nesse sentido, o filósofo Walter Benjamin já questionava a historiografia dominante que aparentando universalidade, remete à dominação de uma classe, a dos “vencedores”, que se apropriou dos acontecimentos em seu favor, com a finalidade de criar uma narrativa histórica homogênea compartilhada pela população.

a historiografia tradicional destacando os indígenas como sujeitos históricos e protagonistas na construção da história do Brasil. O segundo é o trabalho do historiador John Monteiro (1994) sobre a presença ativa indígena na formação da sociedade paulista também se sobressai como referência nesse processo.

Como vemos a antropologia histórica e a nova história indígena constituem-se enquanto propostas teórico-metodológicas, dentro de suas disciplinas, que fazem diálogos entre si e compartilham de um objetivo em comum: mostrar que os indígenas participaram e participam ativamente da construção da história brasileira e que enquanto sujeitos históricos possuem projetos de vida e estratégias políticas que alicerçam seu protagonismo.

As abordagens da nova história indígena e da antropologia histórica nos possibilitam por um lado, entender a formação histórica do Brasil assim como seu presente a partir do olhar dos grupos indígenas, considerando suas escolhas, estratégias e interpretação dos fatos históricos vividos e por outro, compreender que esses povos fazem parte de um contexto sócio-histórico mais amplo e que suas escolhas e estratégias são atravessadas por esse contexto. É nesse sentido que a proposta desse dossiê se embasa na análise das relações de poder entre os povos indígenas e as diversas forças que fazem movimentar a máquina colonial-capitalista.

Colonialidade, capitalismo e povos indígenas

As relações sociais na América Latina estão alicerçadas em assimetrias de poder oriundas do (mal)encontro colonial. A conquista do equivocado chamado “novo mundo” tem marcado o surgimento de uma matriz de dominação estruturada pelo racismo e alimentada pelo capitalismo. O racismo surge assim como condição para a exploração dos territórios e das populações que o habitam (QUIJANO, 2000), dessa maneira, constitui-se como o eixo transversal da reprodução das práticas coloniais que se perpetuam nas sociedades latino-americanas atuais. O processo civilizatório (DUSSEL, 1993) que se impôs sobre os povos originários, se inscreve diretamente na

política de modernização do Brasil e tinha como objetivo otimizar a produção, isto é, o rendimento econômico das elites locais e do próprio Estado no intuito de se inserir e competir no sistema-mundo capitalista. Desde seus primeiros anos republicanos, a política do Brasil caracterizou-se por fomentar e patrocinar frentes de expansão econômica sob as bandeiras do progresso e posteriormente do desenvolvimento (VELHO, 2013). No caminho dessas frentes estavam e estão as populações indígenas que vêm sendo exterminadas, deslocadas e constrangidas a trabalhar sob condições degradantes com o incentivo das instituições governamentais.

Especificamente, a política indigenista do século XX constituiu-se como mais uma onda colonizadora sobre os povos indígenas, um processo encabeçado pelo Estado brasileiro através das suas instituições governamentais, notadamente o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, depois a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgãos federais que foram encarregados de administrar, “cuidar”, e vigiar essas populações, tornando-as trabalhadores ao serviço da nação e dependentes do sistema capitalista colonial e do Estado.

O projeto civilizatório (BONFIL-BATALLA, 1987)⁵ constituiu-se assim como uma reatualização da guerra de conquista. As frentes estatais associadas, em maior ou menor escala, ao agronegócio – maior frente de expansão capitalista no Brasil – buscaram transformar os primeiros habitantes desse continente em trabalhadores braçais e em “índios brasileiros”, apagando suas diferenças étnicas ao mesmo tempo em que os categorizavam como inferiores cultural e socialmente. O capitalismo colonial, respaldado e fomentado pelo Estado nacional, teve, nesta empreitada, um papel significativo. Como apontam várias pesquisas, os órgãos indigenistas exploraram o trabalho indígena se apropriando dos modos de produção não capitalista para reproduzir e expandir o capital (FERREIRA, 2013; BARBOSA DA SILVA, 2016; MARÉCHAL, 2021; etc.). Para isso,

⁵ O projeto civilizatório inscreve-se na ideologia evolucionista e positivista que impregnou a Europa a partir do século das luzes, também conhecido como “Iluminismo”. Como resume Norbert Elias (1993). É esta civilização que confere distinção e superioridade aos ocidentais. Dessa maneira, o processo colonial-moderno se inscreve dentro do processo civilizatório.

despossuíram os indígenas dos seus territórios e lhes encerraram em uma condição de colonizado, o que assegurou que essas populações sejam sempre vistas como inferiores aos exploradores. A superioridade inventada dos não indígenas correlacionada com a inferioridade ilusória, porém assimilada e naturalizada, dos indígenas e a manutenção, material e subjetiva dessas duas categorias, reverbera até hoje em vários aspectos da vida dessas populações. As relações de trabalho são o lugar onde essas categorias se reificam e assim, onde a colonialidade se materializa de forma mais significativa (MARÉCHAL, 2021).

Esse dossiê se inscreve assim na perspectiva adotada por autores clássicos da antropologia brasileira que buscam analisar as relações de poder entre os povos indígenas e as instituições estatais indigenistas, e as interações desses com “o mundo do branco” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1981) e que destacam assim a formação e a perpetuação do Regime Tutelar (PACHECO DE OLIVEIRA, 2015), desenvolvendo estratégias diversas no intuito de atrelar os povos indígenas a uma dinâmica de dependência e de exploração do trabalho. As relações de trabalho vividas por muitos indígenas na atualidade são atreladas a essas dinâmicas históricas. Seja no campo, nos engenhos de açúcar, nos pomares ou nos frigoríficos, a mão de obra indígena é fortemente requerida por parte dos setores capitalistas que enxergam na sua exploração uma forma mais efetiva de acumulação do capital.

Além disso, a partir do pós-guerra de 1945, os processos coloniais se reconfiguram. A ascensão dos Estados Unidos como potência econômica-militar, o esforço de reconstrução da Europa e principalmente os movimentos de libertação e independência dos países colonizados, principalmente na África, tornam o colonialismo “defasado”. A gramática colonial já era um inconveniente aos interesses capitalistas⁶. No entanto, a colonialidade permanece perene dentro do capitalismo,

⁶ Gustavo Esteva (1996) assevera que um dos eventos que marcam essa virada é a posse de Henry Truman como presidente dos Estados Unidos em 1949. Em seu discurso Truman declara, “o velho imperialismo – a exploração para benefício estrangeiro – já não tem lugar em nossos planos. O que pensamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de um acordo justo e democrático”. Para Esteva, o que Truman conseguiu foi liberar a esfera

reconfigurando-se e fazendo subsistir a subalternização dos países periféricos do capitalismo ao poder global.

No pós-guerra essa reconfiguração ganha um novo nome e conceito, o desenvolvimento, juntamente com seu “irmão gêmeo” o subdesenvolvimento. Como sugere Gustav Rist (2002, p. 88 grifos do autor), o “desenvolvimento” toma então um sentido transitivo (o de uma ação exercida por um agente sobre alguém distinto a ele) correspondendo a um princípio de organização social, enquanto que o ‘subdesenvolvimento’ será considerado como um estado que existe ‘naturalmente’, isto é, sem causa aparente”, e que deve ser desenvolvido. Porém o desenvolvimento continua pautado na exploração de recursos naturais configurando uma inserção sempre subordinada das algumas nações perante outras, ao capitalismo na divisão internacional do trabalho (ESCOBAR, 2007; FERGUSON, 1990; QUINTERO, 2014b). Como afirma Quintero (2014b), o único que o desenvolvimento desenvolve é a desigualdade e a assimetria de poder ao nível global favorecendo a expansão do capitalismo e fortalecendo a colonialidade do poder. Os aparatos coloniais que antes eram administrados pelas nações colonialistas passaram a ser incorporados ao aparato do desenvolvimento, por suas agências de cooperação e validação, que mesmo não possuindo um território (ou Estado-nação específico) estão na ordem do dia, com multiatores e em escala dispersa (MOSSE, 2005; BARROSO-HOFFMANN, 2011).

É preciso lembrar que é a partir do despojo do território - enquanto base da reprodução da vida autônoma - que se possibilita e efetiva a exploração do trabalho indígena. Por outro lado, são múltiplas as formas que os povos originários têm para (re)criar novas possibilidades de reprodução da vida articulando para isso, os conhecimentos dos antepassados, ligados a determinadas práticas territoriais e dinâmicas de organização social própria, com sua inserção no modo de produção capitalista, inclusive desembocando na reprodução do Regime Tutelar e de dinâmicas capitalistas no

econômica das conotações negativas causadas pelo colonialismo, logrando por fim separar o “desenvolvimento”, como algo positivo, do colonialismo visto por suas máculas.

seio das relações sociais entre os próprios indígenas (FERREIRA 2015; MARÉCHAL, 2021). E é também na memória do despojo que os povos indígenas hauram a força para recuperar territórios ancestrais ou habitarem outros, enraizando neles a força de uma história que também se recupera.

Território, memória coletiva e narrativas míticas

A relação entre território e história para os povos indígenas foi evidenciada por muitas pesquisas recentes que se dedicaram a analisar particularmente os processos de recuperação territorial (RAPPAPORT, 2004; ALARCON, 2013; AMADO, 2020; BENITES, 2014; MACHADO, 2019; MARÉCHAL, 2021). O território, para muitos povos indígenas é o lugar onde se escreve e inscreve a história, é aliás também por isso que a luta pela terra tem tanta importância para essas populações cujos conhecimentos ancestrais surgem da sua relação profunda com o ambiente. O território, através da paisagem, se constitui como um meio de preservação e transmissão da memória histórica (HILL, 1989, 1993; RAPPAPORT, 1985, 2004; SCHAMA, 1995). Dessa maneira, o esbulho territorial – a transformação dos territórios indígenas em campos de soja por exemplo – teve e ainda tem também como objetivo produzir esquecimento e apagar os indígenas dos seus territórios, eis, da história local⁷.

Porém, o esbulho territorial também se constitui como um motor para a construção de uma memória coletiva que busca desafiar os processos de apagamento histórico em prol de uma (re)invenção de futuros alternativos articulados com processos de reconstrução étnicos e culturais como bem destaca o antropólogo Eriki Aleixo no artigo que abre esse dossiê.

Nesse sentido, muitos povos indígenas recorrem às memórias, histórias e vivências dos seus anciãos e anciãs para (re)construir memórias coletivas sobre a vida nos seus territórios. O conceito de memória coletiva há muito já foi pensado e problematizado nas ciências sociais. Mau-

⁷ Outra tentativa de apagamento da presença indígena na formação do Brasil e nos seus territórios, é através da modificação de arquivos e registros históricos.

rice Halbwachs (1990), ainda no início do século XX, trouxe importantes considerações sobre este conceito. Para Halbwachs a categoria de “memória coletiva” impera na construção social das lembranças. Para o autor o fato dos indivíduos não estarem sós já é indicativo que a memória individual é um processo de construção coletiva da memória dos fatos, pois, “é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los” (HALBWACHS, 1990, p. 49).

De outro modo, uma importante consideração das proposições de Halbwachs é a diferenciação entre o conceito de “memória coletiva” e “memória histórica”. Para o autor a memória histórica produz imagens unas a partir da descontinuidade dos fatos históricos, na história: “o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que, no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada” (HALBWACHS, 1990, p.85). A memória coletiva por sua vez é caracterizada pela diversidade. Mas principalmente pela continuidade e perenidade dentro do grupo social. A memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que de nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (HALBWACHS, 1990, p. 81). Assim, no caso das populações autóctones e povos indígenas, a memória coletiva se constitui no fluxo entre o passado e o presente, podendo ser acionada tanto por meio da oralidade quanto dos registros escritos (BENSA, 2017).

A narrativa não enquanto conceito literário, mas como expressão de conhecimentos vividos por um grupo social é um dos elementos constituintes da memória coletiva. Ao lançar mão da noção de narrativa para pensarmos a produção do conhecimento antropológico e histórico devemos ter em conta, conforme assevera Stuart Hall (2006, p. 21-22) que toda a narrativa é elaborada em um contexto, “todos nós escrevemos e falamos a partir de um lugar e de, um tempo em particular, a partir de uma história e de uma cultura que são específicas”. Dessa forma é posto em evidência a situação histórica em que os fatos são narrados.

Outra observância que devemos ter em conta em relação às narrativas é que elas não são produto unicamente das experiências individuais. Ao narrar suas experiências o narrador está trazendo as experiências que formam seu cotidiano coletivo. É isso que afirma María Rossi Idárraga (2016, p. 21),

Quem narra já é receptor de narrativas nas quais tem sido localizado social e politicamente; em consequência, as separações e polaridades entre o eu, a narrativa e a experiência se tornam insustentáveis. Quem narra se inscreve em uma história oral porque já foi inscrito e submetido a inscrições poderosas. Em consequência, nossas conversas não tem nada de acidental, estão carregadas de história.

Para muitas populações indígenas das Américas, as fronteiras entre o que se entende por mito e história são bastante porosas, já que muitas dessas narrativas além de expressar modos de pensar e subjetivação dos grupos sociais, relatam também eventos históricos. Uma das mais profundas críticas à análise estrutural dos mitos provem dos autores indígenas que evidenciam a criação de uma dicotomia entre o que seria a “história”, entendida como linear, cumulativa e científica, e os mitos, colocados no plano da ficção e da crença. “Nossos entendimentos do mundo são comumente vistos como “míticos” pela sociedade moderna, enquanto nossas histórias são consideradas modos alternativos de compreensão e interpretação, ao invés de eventos “reais””, destaca a pesquisadora Mohawk e Anishnaabe Vanessa Watts-Powless (2017, p. 253). Assim, as narrativas e os relatos dos povos indígenas sobre, por exemplo, “a origem”, “o nascimento do fogo” ou “a origem dos não indígenas”, são consideradas pelos pesquisadores não indígenas como formas alternativas de explicar o mundo, mas, desprovidas de cientificidade, e, são desta forma colocadas no plano fictício, alternativo, mítico.

No entanto, mito e história são, como ressalta Jonathan Hill (1988, p. 5): “modos de consciência social através das quais as pessoas constroem marcos interpretativos compartilhados”. Em outras palavras, mito e história são formas de linguagem e maneiras diferentes de relatar eventos e interpretá-los, sendo estes inscritos em situações de contato interétnico. Assim, as narrativas míticas devem ser entendidas na sua dimensão histórica e política, carregadas de intenções que,

por sua vez, criam significados. Estes significados estão inscritos no que o autor (HILL, 1988, p. 7) chama de “consciência mítica”, pois, os modos de consciência social míticos e históricos são formas complementares de interpretar processos sociais.

Para Walter Benjamin, o tempo é vivido na rememoração (1987). A história se cria no presente, assim como as narrativas míticas que, lembradas ou redesenhadas, tem o futuro e as mudanças como horizonte, e podem atuar tanto como motores da dominação quanto como incentivos de libertação. Como o faz a história oficial, os relatos míticos

podem justificar a dominação e a opressão de sociedades (GODELIER, 1982), mas também, podem expressar desejos de mudança social. Dessa maneira, novas narrativas surgem ao habitar os lugares, narrativas essas que criam e consolidam uma memória coletiva compartilhada entre os habitantes do lugar. Tanto essa memória coletiva quanto as narrativas que lhe dão origem, surgem e se conformam também a partir da memória do esbulho, a memória do esquecimento.

Sobre os artigos que compõem este Dossiê

O primeiro artigo: “Narrativas indígenas sobre a vida e o território” de autoria do antropólogo Wapichana Eriki Aleixo de Melo, traz com muita profundidade narrativas contadas por indígenas da Terra Indígena Serra da Moça. Essas narrativas são abordadas pelo autor como uma forma de contar a história na perspectiva dos seus próprios narradores rompendo assim com uma abordagem sincrônica dos mitos que, além de essencializar os indígenas, reproduz modelos e práticas coloniais de silenciamento das suas vozes. Entrelaçando as narrativas míticas com os processos históricos vividos pelos indígenas, o autor nos mostra como essas narrativas são também resultados dos acontecimentos vividos e assim criadas e reelaboradas à luz das interações. O autor também evidencia a relação entre o esbulho territorial e a reconstrução étnica e cultural, enxergando assim a memória como um ponto de partida para a ruptura e o desprendimento da colonialidade. O trabalho de Eriki também evidencia o papel da mão de obra indígena para construção do Brasil,

mostrando, como também aponta o seguinte artigo, do historiador Guilherme Maffei Brandalise, que os indígenas foram sujeitos protagônicos, não apenas para sua história enquanto povos originários, senão que determinantes para a construção do Brasil enquanto nação, da qual ainda, infelizmente, são subalternizados.

O artigo de Guilherme Maffei Brandalise: “...depressa ficará esse imenso deserto conhecido, praticável e povoado”: Povos indígenas, terra e desenvolvimento no sul do Brasil nos séculos XVIII e XIX” parte de uma análise documental para entender as relações e os conflitos entre os indígenas Kaingang no Rio Grande do Sul e o poder imperial. Inspirado pela Nova História Indígena, o autor busca ressaltar a agência dos indígenas para a formação do Brasil. Mostra, a partir de registros historiográficos, tanto como os indígenas foram considerados entraves aos projetos de expansão capitalista, quanto como foram explorados e escravizados, utilizados para modernizar o Brasil. O autor destrincha os relatórios oficiais encontrando neles a estruturação de um pensamento racista ancorado na colonialidade do poder além de destacar relações que se teceram entre a população negra e os indígenas na região da Serra Gaúcha (RS), conhecida por ser um refúgio para os que fugiam do trabalho forçado. O autor busca trazer a história da atuação do cacique kaingang João Grande nessa região que até hoje se constitui como uma grande referência de luta para o povo Kaingang. Contudo, o artigo de Guilherme mostra através de uma análise documental, que a exploração e a escravidão das populações indígenas estruturou os projetos de expansão capitalista na região sul do país. O esbulho dos seus territórios condicionou e possibilita até hoje a sua utilização enquanto mão de obra barata ao serviço do capital. É um pouco do que Graziela da Silva Motta aborda no seu artigo:

A autora estuda as relações de trabalho nos pomares do Rio Grande do Sul focando na contratação da mão de obra indígena Kaingang, Guarani Kaiowá e Terena. Embora os indígenas estejam todos contratados com carteira assinada, os abusos e descasos são inumeráveis, e, apesar das denúncias realizadas pelos trabalhadores indígenas, a autora mostra como as empresas conseguem

escapar às leis do trabalho. Ainda, Graziela detalha o fluxo de contratação desses trabalhadores que são intermediados por “cabeçantes”, pessoas com trânsito entre os indígenas e os produtores, ou diretamente pelos caciques das comunidades. A dinâmica do capitalismo moderno-colonial se enraíza na exploração da mão de obra indígena e na sua utilização para aprimorar a acumulação do capital. Nesse sentido, os papéis dos intermediários indígenas como os “cabeçante” e os caciques que facilitam a contratação e a permanência dos trabalhadores indígenas é de extrema complexidade, e nos remete à história construção da nação brasileira.

O artigo de Aleksander Brandão Carvalho Souza: *“É possível transformar a soja em mata em soja de novo”*: o processo de recuperação territorial do povo Avá-Guarani na região Oeste do estado do Paraná, fruto de suas pesquisas no mestrado e doutorado, busca entender o processo de recuperação territorial dos Avá-Guarani, na região Oeste do Estado do Paraná, e particularmente Tekoha Guasu Guavira. O texto é um exercício de antropologia histórica, em que o autor vai articulando as narrativas dos seus interlocutores com os dados históricos mostrando como o território Avá-Guarani na região noroeste do estado do Paraná foi sendo usurpado pelas frentes de colonização não indígena. Em diálogo direto com os artigos anteriores, Aleksander nos mostra como esbulho territorial, acarretou migração dos indígenas Avá-Guarani para outros estados e sua arregimentação enquanto mão de obra precarizada no trabalho em fazendas de cana-de-açúcar ou até mesmo pelos chefes de Posto Indígena do SPI. O texto, no entanto, nos aporta com os relatos da retomada dos territórios usurpados. O autor dedica a parte final a mostrar como os indígenas Avá-Guarani organizam-se e criam estratégias para retomar os seus territórios na região do noroeste do Paraná.

O artigo “Premiações socioambientais e venda de carbono da usina hidrelétrica Teles Pires: o paradoxo do desenvolvimento sustentável” da autoria de Fernanda Oliveira Silva analisa a atuação da Usina Teles Pires (UHE Teles Pires) sob o paradoxo do “desenvolvimento sustentável”. A autora mostra com pertinência as contradições existentes entre um discurso baseado na ideia

de uma possível harmonia entre capitalismo e proteção da floresta e dos seus povos. O paradoxo está na atuação da UHE Teles Pires que viola os direitos ambientais e indígenas, e ao mesmo tempo recebe prêmios internacionais relacionados às responsabilidades socioambientais, bem como a venda de créditos de carbono. Frente à continuidade de um modelo de exploração econômica da Amazônia que surge durante a ditadura militar e se reatualiza sob a aparência do capitalismo verde, a autora aponta para os atos de resistência dos povos indígenas do Rio Teles Pires que através de manifestos, cartas e ações diretas insistem em mostrar para o mundo que o território não pode se assimilar a uma moeda de troca, pois ali estão lugares sagrados onde está ancorada a memória ancestral dos seus povos.

O artigo que fecha este dossiê é: “Avante juventude pataxó: uma reflexão sobre participação e cidadania à luz da experiência dos jovens indígenas pataxó do sul da Bahia”. Os autores Altamar Felberg e Valéria Giannella apresentam o movimento da juventude Pataxó do sul da Bahia, na busca por espaços em instâncias governamentais a fim de garantir seus direitos constitucionais e cidadãos. Para isso, trazem a trajetória histórica da formação dos coletivos indígenas da Bahia e analisam os objetivos, mecanismos e estratégias dos movimentos indígenas brasileiros, entre os quais se destaca a luta pela participação partidária. Os autores lançam mão de dois conceitos para compreendermos as estratégias dos jovens Pataxó, o de “espaços convidados” e “espaços inventados”. Enquanto “espaços convidados” são espaços institucionalizados que seguem a liturgia de quem os define, cabendo a seus participantes seguirem as regras estabelecidas, “espaços inventados” são espaços insurretos, de busca de autonomia. Nesse sentido, os autores destacam a CONJUPAB enquanto um “espaço inventado”, criado pela juventude Pataxó com dois objetivos principais, “promover a participação do jovem Pataxó na elaboração de políticas públicas” e “lutar pelo reconhecimento e autonomia” com a finalidade de ampliar a participação social e política dos jovens Pataxó. O texto finaliza buscando analisar se a experiência da juventude Pataxó pode ser compreendida como “um produto de inovação democrático-participativa”.

Finalizando esta apresentação gostaríamos de mencionar os outros artigos que compõem essa edição da *Revista Wamon*. Na seção “Artigos Livres” temos o artigo: “Vulnerabilidades nas periferias de Vitória e Vila Velha/ES” de Tiago Marinho da Silva Martins, que traz as dificuldades que jovens das periferias das cidades capixabas enfrentam, e como a arte de rua, em especial a poesia possibilitam a esses jovens outras perspectivas de vida. Na seção “Ensaio Visuais” contamos com dois ensaios fotográficos: “Celebrando 13 de maio em um terreiro de Parintins (AM): religiões, africanidades e resistências” e “Bioculturalidade ribeirinha e o sustento que mantém a floresta em pé: um ensaio fotográfico na comunidade Piriquitaquara, na ilha do Combu, Pará – Brasil” que nos brindam com cenas de manifestações culturais amazônicas registradas por pesquisadoras e pesquisadores amazônidas. Para encerrar gostaríamos de destacar a imagem que ilustra a capa deste número da Revista Wamon e que nos remete aos artigos do presente Dossiê. A foto de autoria de Alass Derivas, é registra a ação de retomada do território do Morro Santana em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, pelos povos Kaingang e Xokleng, iniciada agora em outubro de 2022. Este é um território de ocupação histórica do povo Kaingang que foi esbulhado servindo à especulação imobiliária. A ação de retomada é uma dentre as muitas que vêm ocorrendo no território nacional e é símbolo de luta dos povos indígenas pela existência e contra o capitalismo moderno-colonial.

Por fim, é imprescindível oferecer nosso reconhecimento e agradecimento a todas e todos que de alguma forma estão presentes nesse número. Primeiramente a todas autoras e autores que submeteram seus manuscritos e confirmam no trabalho da Revista Wamon. Em segundo, um agradecimento às e aos pareceristas que dedicaram seus tempos, trabalho e conhecimentos na avaliação dos artigos e certamente contribuíram para a qualidade dos textos que seguem. Por último, agradecemos a Equipe Editorial da Revista Wamon pela oportunidade, pela atenção durante todo o processo em que o Dossiê esteve aberto e pelo trabalho até sua edição final.

Referências Bibliográficas

ALARCON, D. F. **O retorno da terra: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

AMADO, L. H. E. **Vukápanavo: o despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político**. Tese de doutorado (Antropologia social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BARBOSA DA SILVA, A. Processos identitários e relações patrão-cliente entre os Kaiowa. *Mana*, 22 (1), p. 37-66, 2016.

BARROSO-HOFFMANN, Maria. A produção social do desenvolvimento e os povos indígenas: observações a partir do caso norueguês. *Mana*, v. 17, p. 519-547, 2011.

BENITES, T. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha**. Tese de doutorado (Antropologia social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

BENJAMIM, W. Obras Escolhidas, vol. 1. Magia e Técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. **Brasiliense**: São Paulo, 1987 [1985].

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. Em: Revel, Jacques Revel, org. **Jogos de escala. A experiência de micro análise**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. Pp. 39 – 76.

BENSA, Alban. Antropología, memoria e historia. **Relaciones Estudios de Historia y Sociedad**, n. 152, p. 333-352, 2017.

BONFIL BATALLA, G. **Notas sobre civilización y proyecto nacional**. Cuadernos Políticos, México, n. 52, p. 21-31, 1987.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O Índio e o Mundo dos Brancos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. [1964].

CARNEIRO DA CUNHA, M. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

CRUZ, F. S. M. **“Quando a terra sair”: os índios Tuxá de Rodelas e a barragem de Itaparica: memórias do desterro, memórias da resistência**. Dissertação (Mestrado em Antropologia social). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

CRUZ, F. S. M. **Letalidade branca: negacionismo, violência anti-indígena e as políticas de genocídio**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

DUSSEL, E. 1492 – O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade. **Petrópolis: Vozes**, 1993.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**, Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, vol. 2, 1993. 307p. [1975].

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Caracas: Editorial el perro y la rana, 2007.

ESTEVA, G. Desarrollo. In: SACHS, W. (Org.). **Diccionario del Desarrollo: una guía del conocimiento como poder**. Lima: Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, 1996, p. 52–78.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

FERGUSON, J. **The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho**. New York: Cambridge University Press, 1990.

FERREIRA, A.C. **Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2013.

GODELIER, M. **La production des grands hommes**. Paris: Fayard, 1982.

HALBWACHS, Maurice. “Memória coletiva e memória histórica”. In: **A Memória coletiva**. Vértice, São Paulo, 1990.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Comunicação & Cultura*, n. 1, p. 21-35, 2006.

HILL, J. D. **Keepers of the sacred chants: the poetics of ritual power in an Amazonian society**. Tucson: University Press of Arizona, 1993.

HILL, J. D. Ritual Production of Environmental History among the Arawakan Wa-kuénai of Venezuela. *Human Ecology*, n, 17, v.1, p. 1-25, 1989.

HILL, J. D. Introduction. In: HILL, Jonathan (Ed.). **Rethinking History and Myth: Indigenous South American Perspectives on the Past**. University of Illinois Press, 1988.

MARÉCHAL, C. **Ëg ga, ëg kófa tú (a nossa terra é a nossa história). Território, trabalho, xamanismo e história em retomadas Kaingang**. Tese (doutorado em Antropologia Social), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

MONTEIRO, J. **Negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, J. **A Dança dos Números: a população indígena do Brasil desde 1500**. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, n. 271, p. 17-18, 1994.

MOSSE, D. **Cultivating development: an ethnography of aid policy and practice**. London: Pluto, 2005.

NHANDEWA, Tiago. **Perspectiva Guarani Nhandewa sobre Formação Intercultural de Professores Indígenas: Ancestralidade, Espiritualidade, Cosmologias e Línguas Indígenas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.) **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 43-68.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **Regime tutelar e faccionalismo: política e religião em uma reserva Ticuna**. Manaus: Universidade Estadual de Amazonas, 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, p. 7-31, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World Systems Research*, v. 6, n. 2, p. 342-388, 2000.

QUIJANO, A. **Don Quijote y los molinos de viento en América Latina**. Pasos, Segunda Época. San José-Costa Rica, n. 127, p. 1-14, sept/oct 2006.

QUINTERO, P. Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad em América Latina. In: QUIJANO, A. (ed.). **Des/colonialidad y bien vivir: un nuevo debate em América Latina**. Lima: Universidad Ricardo Palma, 2014a. p. 193-216.

QUINTERO, P. Introducción, In: QUINTERO, P. (ed.) **Crisis civilizatória, desarrollo y Buen Vivir**. Buenos Aires: Duke University/ Del Signo, 2014b, p. 11-25.

RAMOS, A. The hyperreal Indian. **Série Antropologia**, Brasília: DAN/UnB, v. 135, 1992.

RAPPAPORT, J. History, myth, and the dynamics of territorial maintenance in Tierradentro, Colombia. **American Ethnologist** 12 (1), 27-45, 1985.

RAPPAPORT, J.. La geografía y la concepción de la historia de los Nasa. In: SURRALLES, A.; HIERRO, P. G. (Eds). **Tierra Adentro: Territorio Indígena y percepción del entorno**. Copenhague: IWGIA (International Work Group for Indigenous Affairs), 2004, p. 173-185.

RIST, G. **El desarrollo: história de una creencia occidental**. Madrid: Catarata, 2002.

ROSSI IDÁRRAGA, M. **Identidade sem pertencimento? Dimensões íntimas da etnicidade feminina no Vaupés**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SCHAMA, S. **Landscape and Memory**. Londres: Harper Collins, 1995.

SOUZA, Emerson de Oliveira. **Povos Indígenas na MetrÓpole: movimento, universidade e invisibilidade na maior cidade da América**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SOUZA, J. M. A. **Os Pataxó Hãhãhã e as narrativas de luta por terra e parentes, no sul da Bahia**. Tese (Doutorado em Antropologia social). Brasília, DF, Universidade de Brasília, 2019.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. 3. ed. – Manaus: UEA Edições, 2013. 180 p.

WATTS-POWLESS, V. Lugar-Pensamento indígena e agência de humanos e não humanos (a primeira mulher e a mulher céu embarcam numa turnê pelo mundo europeu!). *Espaço Ameríndio*: Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 250-272, jan./jun. 2017.